

Título Manifesto cobra do governo federal defesa das áreas prioritárias para a biodiversidade

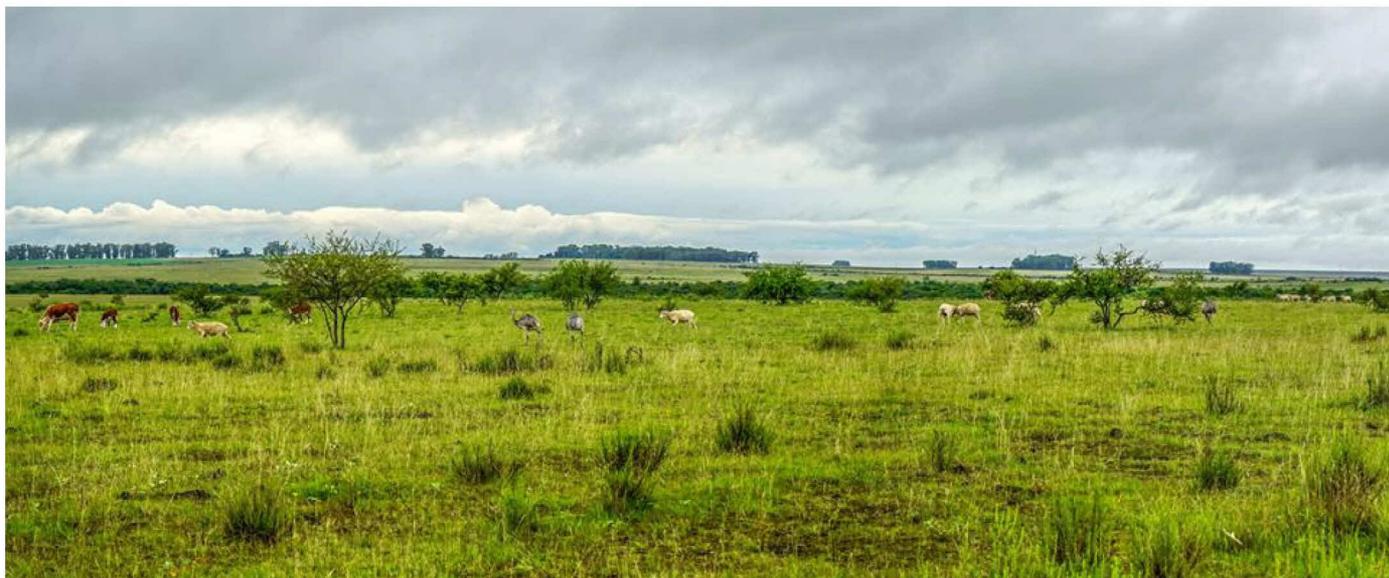
Veículo Jornal Sul 21 Seção FUTEBOL Data 24/01/2016 10:27:34

”

URL [Acesse a notícia](#)

CENTIMETRAGEM : 154.21 CM/COL - VALOR R\$ 3.855,25

Manifesto cobra do governo federal defesa das áreas prioritárias para a biodiversidade



Segundo pesquisadores, Bioma Pampa é uma das áreas que estão sofrendo conversão exponencial para monoculturas agrícolas.

(Foto: Valério Pillar/Divulgação)

Um grupo formado por 37 organizações da sociedade e por 23 pesquisadores da biodiversidade brasileira encaminhou ao governo federal o Manifesto em Defesa das Áreas Prioritárias para a Biodiversidade, estabelecidas pela [Portaria n. 9 de 23 de janeiro de 2007](#), que definiu o Mapa das APBio, por parte do Ministério de Meio Ambiente. O manifesto cobra a implementação das políticas públicas previstas nesta portaria e adverte que a existência destas áreas está sendo totalmente ignorada. Segundo o documento, 62% das hidrelétricas estão sendo construídas nestas áreas e 25% do total dos projetos incidem sobre áreas consideradas de extrema importância, além do agravante de que outras atividades, em especial as agropecuárias, representam conversão total de ecossistemas, nos biomas brasileiros.

Segundo Paulo Brack, professor do Departamento de Botânica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e coordenador do Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais (Ingá), estas atividades estão se expandindo de forma descontrolada, denotando total desconsideração com as questões da sociobiodiversidade brasileira, o que está resultando em ameaça às funções ecossistemas das quais todos nós dependemos, com destaque para a água. Os signatários do documento cobram também que a agroecologia espaço privilegiado nestas áreas, para manter o que resta ainda da biodiversidade. Segue, na íntegra, o texto do manifesto e seus signatários:

MANIFESTO EM DEFESA DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA A BIODIVERSIDADE

No dia 23 de janeiro de 2007, há nove anos, foi publicada a Portaria No 9/2007 do Ministério de Meio Ambiente¹, que define o Mapa das Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira ou Áreas Prioritárias para a Biodiversidade (APBio).

A referida Portaria corresponde a políticas públicas amparadas pelo Art. 225 da Constituição Federal, e por leis infraconstitucionais e acordos internacionais (Convenção da Diversidade Biológica) que salvaguardam o direito ao meio ambiente, garantindo a proteção da flora e fauna contra processos que coloquem em risco a função ecológica dos ecossistemas e impliquem em ameaça de extinção à flora e à fauna. O Mapa das APBio definiu categorias como Áreas de Extrema, Muito Alta e Alta Importância, indicando a conservação e o uso compatível com a manutenção de núcleos de alta relevância ecológica em cada bioma do País.

Para efeito desta Portaria, cabe aqui ressaltar parte de seu conteúdo (Art. 1), no sentido da formulação e implementação de políticas públicas, programas, projetos e atividades sob a responsabilidade do Governo Federal voltados à: I conservação in situ da biodiversidade; II utilização sustentável de componentes da biodiversidade; III repartição de benefícios derivados do acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado; IV pesquisa e inventários sobre a biodiversidade; V recuperação de áreas degradadas e de espécies sobre-exploradas ou ameaçadas de extinção; e VI valorização econômica da biodiversidade.

Entretanto, até hoje, verifica-se que tanto o Ministério de Meio Ambiente como as demais pastas, em especial aquelas ligadas aos principais programas governamentais de desenvolvimento econômico, não demonstraram preocupação em suas políticas no que se refere à presença destas áreas e a possibilidade muito provável de extinção em massa regional de espécies de nossa flora e fauna, quando de efeitos sinérgicos negativos decorrentes de várias atividades que impliquem impactos ambientais conjuntos e concentrados em determinada região.

Para ilustrar situações que consideramos profundamente inaceitáveis à sociobiodiversidade brasileira, destaca-se o fato de que pelo menos 62% dos empreendimentos hidrelétricos estão sendo construídos e planejados em APBio, 25% do total atingindo justamente a categoria de Extrema Importância, com a expansão indiscriminada de empreendimentos para a Amazônia, Cerrado, Pantanal e Mata Atlântica, trazendo outros impactos secundários relativos ao desmatamento incrementado por implantação de infraestruturas muitas vezes incompatíveis com a manutenção da biodiversidade nestas áreas.

Outra questão recente que representou retrocesso e maior risco à biodiversidade foi aquela decorrente da

mudança da Lei 4771/1964 (chamado Código Florestal) pela Lei 12.651/2012, contestada por cientistas (SBPC e ABC) e ambientalistas, alvo de quatro ações diretas de inconstitucionalidade.

Os reflexos das políticas desconexas ocorrem no campo, especialmente no que se refere à expansão sem limites de atividades de cunho exportador (commodities), no caso das monoculturas agrícolas industriais ou da megamineração, sobre remanescentes de nossos biomas megadiversos, ou nas cidades, por um modelo de expansão urbana e industrial, nem sempre sustentável, que compromete também a água e as funções ecossistêmicas fundamentais as populações que delas dependem.

Cabe destacar que os biomas Caatinga, Cerrado e Pampa que sofrem conversão exponencial para monoculturas agrícolas possuem Propostas de Emenda Constitucional (PEC), desde a década de 1990, para tornarem-se Patrimônio Nacional, infelizmente até hoje sem sucesso, pela falta de empenho dos poderes Legislativo e Executivo.

Atualmente, a hegemonia de um ambiente de negócios, quase nada sustentável, traz novas ameaças de vulto, por meio de iniciativas de projetos de leis que representam maiores retrocessos. Estas iniciativas tentam subjugar e tornar ainda mais ineficazes as políticas ambientais e seus instrumentos essenciais para a proteção e a promoção da biodiversidade brasileira, com reflexos dramáticos em relação à qualidade de vida da população.

Neste sentido, vimos apelar ao Ministério de Meio Ambiente, ao Governo Federal e aos demais governos, de âmbitos estadual e municipal, para:

A implementação de medidas concretas para a efetividade do Mapa das Áreas Prioritárias para a Biodiversidade (APBio), integrando a participação da comunidade científica, entidades ambientais, povos indígenas, comunidades tradicionais e demais setores da sociedade envolvidos com o tema;

A reavaliação rigorosa da viabilidade de projetos ou atividades que representem grandes e irreversíveis impactos ambientais sobre a sociobiodiversidade e à capacidade de suporte dos diferentes ecossistemas, no que toca as áreas de Extrema, Muito Alta e Alta Importância, no Mapa das APBio;

A integração entre as políticas de desenvolvimento e as de conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira, de forma multidimensional, junto com as populações locais;

O empenho na aprovação das Propostas de Emenda Constitucional (PEC) que reconhecem como Patrimônio Nacional, pela Constituição Federal, os biomas Caatinga, Cerrado e Pampa;

O cumprimento da promessa de empenho do Governo Federal, junto ao Congresso Nacional, para a ratificação do Protocolo de Nagoya sobre acesso aos recursos genéticos e repartição justa e equitativa de benefícios (ABS), possibilitando que o Brasil participe ativamente da segunda rodada de negociações no âmbito desse protocolo, em dezembro de 2016, no México.

Em 23 de janeiro de 2016

Assinam

Assembleia Permanente de Entidades de Meio Ambiente (APEDEMA RS)
Associação Amigos de Iracambi (MG)
Associação Brasileira de Ciência Ecológica e Conservação (ABECO)
Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária (AMAR, PR)
Associação de Mulheres Vitória-Régia (RS)
Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN, RS)
Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA, MG)
Associação de Proteção ao Meio Ambiente de Cianorte (APROMAC, PR)
AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia (RJ)
Associação SOS Amazônia (AC)
CEAC-CONSEMA Coletivo de Entidades Ambientais do Estado de São Paulo
Centro de Orientação Ambiental Integrada (COATI, SP)
Conselho de Entidades Socioambientais da Bahia (COESA, BA)
Comitê Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (CNRBMA) (BR)
CEAC-CONSEMA Coletivo de Entidades Ambientais do Estado de São Paulo
Grupo de Defesa e Promoção Socioambiental GERMEN (BA)
Grupo Interdisciplinar de Estudos Ambientais MARICÁ (RS)
Grupo Viveiros Comunitários da UFRGS GVC (RS)
Instituto Curicaca (RS)
Instituto Gaúcho de Estudos Ambientais InGá (RS)
Instituto Hou para a Cidadania (MG)
Instituto Mira Serra (RS)
Instituto Orbis de Proteção e Conservação da Natureza (RS)
IGRÉ Associação Sócio Ambientalista (RS) Mater Natura
Instituto de Estudos Ambientais (PR)
Movimento Gaúcho em Defesa do Meio Ambiente Mogdema (RS)
Núcleo de Ecojornalistas do RS (NEJ, RS)
ONG Sócios da Natureza (SC)
PROAM-Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (SP)
Rede de ONGs da Mata Atlântica RMA (BR)
Rede Campos Sulinos (RS)
SESBRA Sociedade Ecológica de Santa Branca (SP)
Sodemap-Sociedade para a Defesa do Meio Ambiente de Piracicaba (SP)
SOS Amazônia (AC)
Terra de Direitos (PR) TOXISPHERA
Associação de Saúde Ambiental (PR)
União Protetora do Ambiente Natural (UPAN, RS)

Pelo setor acadêmico, subscrevem também o presente documento:

Professor Dr. Andreas Kindel Departamento de Ecologia, Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professor Dr. Antônio Andrioli Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Universidade Federal da Fronteira Sul

Professora Dra. Elisabete Zago Burigo Instituto de Matemática, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professora Dra. Eunice Kindel Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dr. Eduardo Velez Centro de Ecologia Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Fernando Gertum Becker Departamento de Ecologia, Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio

Grande do Sul

Prof. Dr. João André Jarenkow Departamento de Botânica, Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professor Dr. João Renato Stehmann Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Jorge de Araújo Mariath Departamento de Botânica, Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professor Dr. Jorge A. Quillfeldt, Departamento de Biofísica, Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professora Dra. Laura Verrastro Vinas, Departamento de Zoologia, Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professora Raquel Maria Rigotto, Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Luiz Roberto Malabarba Departamento de Zoologia, Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professora Dra. Mara Rejane Ritter Departamento de Botânica, Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professora Dra. Maria Luísa Lorscheitter -Departamento de Botânica, Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professora Dra. Maria Cecília de Chiara Moço Departamento de Botânica, Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Mestrando Matias Köhler Programa de Pós-Graduação em Botânica, Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professor Paulo Brack Departamento de Botânica, Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Kageyama -. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz ESALQ, Universidade de São Paulo

Professor Dr. Rubens Onofre Nodari, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina

Professora Dra. Sandra Maria Hartz Departamento de Ecologia, Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Professor Dr. Ubiratã Soares Jacobi/Pesquisador Ecologia de Florestas, Universidade Federal de Rio Grande

Professor Dr. Valério Pillar Departamento de Ecologia, Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Tags: [agroecologia](#), [APBio](#), [biodiversidade](#), [Bioma Pampa](#), [hidroelétricas](#), [Ingá](#), [meio ambiente](#), [Pampa](#), [Paulo Brack](#), [UFRGS](#)